

**TRANSCRIÇÃO DO PODCAST VOX - EPISÓDIO 6 - PARTE 1 -
DEFESA DOS ANIMAIS**

SR. ALEX LANZA: Olá, eu sou Alex Lanza. E você está acompanhando mais um episódio do Vox, podcast da web rádio do Ministério Público de Minas Gerais. Hoje, estamos recebendo duas convidadas, a promotora de Justiça Luciana Imaculada de Paula, que está à frente da Cedef, Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna, do MPMG e a Adriana Araújo que coordenadora do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais. Sejam muito bem-vindas. Obrigado, Adriana, pela sua presença.

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Grande satisfação.

SR. ALEX LANZA: Seja novamente bem-vinda, Dra. Luciana Imaculada.

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Muito obrigada, é um prazer estar aqui falando da defesa dos animais e da atuação da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna.

SR. ALEX LANZA: Recentemente, o MPMG completou aí dez anos de atuação especializada na defesa dos animais. Hoje, iremos falar um pouco sobre esse trabalho, direito dos animais, maus-tratos, veículos de tração animal, comércio de animais, controle populacional de cães e gatos, entre outros assuntos.

Vamos, então à primeira pergunta para a Dra. Luciana Imaculada de Paula: nesses dez anos de atuação especializada, quais foram as principais mudanças no trabalho do Ministério Público de Minas em defesa dos animais?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Então, Alex, eu acho que ocorreram muitas mudanças, mas a principal delas, sem dúvida, foi a mudança de perspectiva com relação aos animais. Dez anos atrás, nós falávamos muito na defesa da fauna, considerando o conjunto de animais e provavelmente serviços ecossistêmicos que esse conjunto de animais prestavam ao meio ambiente e indiretamente ao homem. Hoje, nós temos uma visão de que cada animal é um ser dotado de valor intrínseco e que precisa ser respeitado. Essa mudança de paradigma, ela decorre da interpretação do art. 225 da Constituição e é reconhecida, tanto em decisões jurisprudenciais, como na decisão da vaquejada, do Supremo Tribunal Federal, como nas leis estaduais, inclusive, em Minas Gerais, que reconhecem os animais como seres sencientes.

SR. ALEX LANZA: Eu queria saber agora da Adriana Araújo, com essa visão fora da instituição Ministério Público, quais as principais mudanças que você destacaria nessa atuação.

SRA. ADRIANA ARAÚJO: O MPMG foi fundamental desde que criou a Cedef porque ele propiciou a convergência de todas as forças, de todos os segmentos, não só dos movimentos de proteção animal, os movimentos ambientais, porque uma coisa está diretamente relacionada à outra mas também a academia, o Poder Legislativo, o Poder Executivo, nas suas várias instâncias, as prefeituras, o governo de Minas Gerais, de uma forma ou de outra, acabou estimulando a criação de setores, e os diversos órgãos que atuam em defesa dos animais não humanos. Com uma característica muito importante: o não especismo. O Ministério Público de Minas Gerais tem esse ineditismo ao ter criado a Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna, de atuar pelos animais de todas as espécies, e daqui a pouco a gente vai ter a oportunidade de falar sobre isso, desde cães e gatos, cavalos, até galos e elefantes, mas daqui a pouco a gente detalha mais isso.

SR. ALEX LANZA: Quando se fala em defesa da fauna, muitas pessoas podem pensar que atuação do Ministério Público de Minas é feito de maneira isolada, em virtude da coordenadoria especializada. No entanto, Dra. Luciana, eu queria que a senhora destacasse aí essa atuação. Ela, conjunta, as ações se tornam mais efetivas. Como é que a senhora poderia explicar aí isso dando um exemplo dessa atuação conjunta na defesa da fauna, mas com outras área de atuação do Ministério Público.

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Perfeito, Alex. É muito importante reforçar antes até de falar da interlocução ou da atuação conjunta com outras áreas do Ministério Público de Minas Gerais, a importância da interlocução com a sociedade civil e com outros órgãos do poder público que são incumbidos também da defesa do animais. E a Cedef tem se beneficiado, o Ministério Público como um todo, desse contato, com as polícias, com as Secretarias de Meio Ambiente, com a academia, isso sido um reforço muito importante na nossa atuação. Internamente, muitas áreas de atuação, elas têm uma interface com a defesa dos animais. Por exemplo, quando nós falamos de controle populacional de cães e gatos, nós também estamos falando da redução da violência interpessoal, aquela violência que é exercida contra um animal não humano, ela também pode ser exercida contra grupos vulneráveis de seres humanos, como mulheres, como crianças, idosos. Há estudos baseados na Teoria do Link, que demonstram isso, que um abusador de animal, ele é um potencial abusador também de seres humanos vulneráveis. Então, nesse aspecto, nós temos aí uma interlocução com a defesa, por exemplo, combate à violência doméstica, né? Quando nós pensamos também, ainda no controle populacional de

cães e gatos, nós estamos pensando na saúde pública ou na saúde única, porque a redução do número de animais em áreas urbanas é um fator que favorece também a redução da prorrogação de zoonoses, que são doenças compartilhadas entre seres humanos e os outros animais. Então, nós temos buscado atuar de forma homogênea com as outras áreas de atuação. E um exemplo disso é a realização do seminário que foi feito em conjunto com o CAO Saúde para tratar de temas de saúde pública, como atenção a pessoas em situação de acumulação, combate à leishmaniose visceral canina e a esporotricose felina.

SR. ALEX LANZA: Entrando agora na questão de abate de animais para consumo, como se dá a atuação do Ministério Público de Minas Gerais nessa área? A senhora acha que faltam políticas públicas e incentivos para que as empresas que comercializam os alimentos de origem animal, por exemplo, a carne bovina, garantam uma morte digna para os animais?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: É importante que a gente faça uma consideração aqui em respeito das nossas escolhas, né? Todas as nossas escolhas de consumo, inclusive o consumo alimentar, ele tem reflexões na sustentabilidade e na capacidade de suporte do nosso planeta. Nós sabemos aí que a pecuária é uma atividade que impacta muito o meio ambiente, e a criação de animais para o consumo, ela obedece regras estabelecidas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária que visam assegurar uma vivência que deveria ser em uma situação mínima de bem-estar, né? E muitas vezes nós sabemos que isso não acontece, e uma morte chamada humanitária. Infelizmente, ainda é muito comum em Minas Gerais que esses abates sejam feitos fora desses ambientes controlados, fora de empreendimentos licenciados. Nós temos acompanhado aqui na coordenadoria alguns estabelecimentos desse tipo, em atenção à solicitação dos promotores naturais, em que o abate é feito [ininteligível] de qualquer consideração de bem-estar animal. Os animais são abatidos sem sensibilização, eles são abatidos de uma forma, então, muito dolorosa e contrária à legislação, sem mencionar que os riscos sanitários do consumo desse produto cárneo. Então, a coordenadoria tem atuado em conjunto com os procuradores naturais para combater esse tipo de abate, que é um... e criação também, da criação e o abate que não atendam a essas diretrizes que asseguram o mínimo de bem-estar do animal, ainda que naquele momento da sua morte.

SR. ALEX LANZA: Adriana Araújo, como que você vê todo esse cenário relacionado ao abate de animais contextualizado aí pela promotora Luciana Imaculada?

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Olha, para mim que sou abolicionista e vegana há quase 16 anos, essa é uma das Pautas mais delicadas para eu falar a respeito. Eu percebo que há uma legislação

muito frágil em relação ao abate de animais. E antes de falar do abate é preciso falar da criação, como que esses animais considerados de consumo são criados, são explorados. E o transporte, como que ele acontece? Ora e vez nós temos nos noticiários informações de que houve tombamento, acidentes de veículos. E preciso falar também que Minas Gerais infelizmente é um dos estados que mais exporta gado por meio marítimo, configurando extremos maus-tratos, e isso tem sido divulgado cada vez mais e é uma realidade que nos angustia e nos revolta muito. Eu, como abolicionista, não concordo, não posso falar em apoio a essa legislação. Mas percebo que ela, do jeito que está, está muito frágil e coloca os animais em situações deploráveis. Recentemente, nós tivemos notícia de um barracão que recebia vários vitelos, que são os bezerros machos, sendo abatidos de forma muito cruel. Então, se a consciência humana não dá saltos, apesar de eu ser abolicionista e vegana, ser totalmente contrária à exploração dos animais não humanos para o consumo dos humanos, que haja, então, pelo menos uma legislação bastante rigorosa nesse processo de transição. E lembrando também, não menos importante, que a pandemia, que já levou quantos milhares de vidas humanas, não só do Brasil, mas no planeta, é decorrente da exploração de animais não humanos para o consumo à mesa.

SR. ALEX LANZA: A respeito do controle populacional de cães e gatos, qual é a importância desse tipo de política pública para cidades e como se dá a participação do Ministério Público e das entidades de defesa do animais?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Então, essa questão do controle populacional de cães e gatos é a questão mais requisitada na coordenadoria pelos promotores de Justiça, mais noticiadas pelas entidades de proteção animal, por um fato muito simples, né? Os cães e gatos, os pets, eles estão nas casas dos brasileiros. Hoje, o IBGE, ele nos informa que há mais cães e gatos nas famílias brasileiras do que crianças. Então, nós falamos hoje em família multiespécie, o olhar das pessoas é muito aguçado para aquilo que se faz com os cães e com os gatos. E em maior ou menor grau, todo município em Minas Gerais, que está no Brasil, tem uma dificuldade de executar uma estratégia que seja tecnicamente eficiente para controlar o aumento, o excedente populacional desses animais. E esse excedente populacional, ele causa diversos agravos ao meio ambiente urbano, e nós estamos pensando, por exemplo, em sujidades, em ruídos, também a saúde pública, uma vez que o número elevado de cães e gatos favorece o aparecimento de zoonose, que são doenças compartilhadas entre os seres humanos e outros animais. E sem falar, que é a Pauta mais importante para a coordenadoria, no bem-estar dos animais que vivem às ruas, que é próximo aos maus-tratos, né? Esses animais têm uma vida que não vale a pena ser vivida em muitos casos. Então, a coordenadoria

entende a importância dessas políticas públicas e tem se aliado com os promotores de Justiça no estado, aos municípios, para fomentar a implementação de políticas públicas éticas e humanitárias, especialmente, através do Programa de Defesa da Vida Animal, o Prodevida. Esse programa, ele apoia os municípios na implantação dessas políticas públicas através da capacitação gratuita dos seus agentes e também da busca de recursos, apoiando o município na busca desses recursos para iniciar as políticas públicas. Eu convido a todos que tenham interesse para conhecer o Prodevida no blog da Cedef, que é defesadafauna.blog.br.

SR. ALEX LANZA: Como que o Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais vê essa Pauta, Adriana?

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Olha, eu gostaria de voltar no tempo um pouco e lembrar que infelizmente, devido ao grande descontrole de cães e gatos, porque esses animais proliferam muito, com muita velocidade, eles eram mortos das formas mais cruéis como forma de controle populacional. A exemplo de Belo Horizonte, em que a carrocinha resgatava esses animais nas ruas e os matava em câmara de gás, a Prefeitura de Belo Horizonte tinha isso como política pública. Em outros lugares, eles eram eletrocutados, eles eram jogados em valas na surdina, na madrugada, caminhões desovavam esses animais nos municípios vizinhos, gerando os conflitos mais diversos. Então, em meados de 2004, o ativismo de proteção animal em Belo Horizonte se mobilizou para proibir essa realidade aqui. E a seguir percebemos que essa libertação dos animais, no caso de cães e gatos, precisava ser estendida para toda Minas Gerais. Então, nós nos empenhamos por 12 anos junto aos 77 deputados de Minas Gerais para conseguir aprovar a Lei Estadual 21.970 de 2016, que é referência no Brasil e antecedeu a lei federal, que também determina essa política pública de manejo populacional ético de cães e gatos. Mas, superado esse desafio, após três legislaturas, o gargalo era e continua sendo: como conseguir que as prefeituras executem essa política pública, uma vez que sem recurso público é impossível isso acontecer? Então, nós, conversando com um vereador de Jequitinhonha, ele me falou, isso aconteceu comigo na Assembleia Legislativa, eu falando dessa nossa dificuldade, ele falou: "Por que vocês não recorrem ao consórcio público?". E aí eu fui perguntar o que era, ele falou: "Isso é amparado por lei federal, e nós, que somos do norte de Minas, cidades bastante carentes, a gente recorre a política pública para juntar o recurso de vários municípios e poder atender a essa população. Por que vocês não usam isso também para atender aos animais não humanos?". E aí Dra. Luciana Imaculada, por meio das Cedef, antes Gedef, começou a costurar isso tudo, e criaram o Prodevida, que é um projeto maravilhoso, inédito no Brasil, que visa dialogar com as prefeituras, capacitar todos os agentes juntamente com a proteção animal, que é a parceria primeira do poder público, possibilitando a implementação dessa política pública

de manejo ético de cães e gatos. E a gente tem tido aí grande êxito nessa construção. Sem sombra de dúvida, sem o Ministério Público, sem a Cedef, sem a Dra. Luciana Imaculada, isso seria impossível, porque o lugar comum entre os prefeitos e é "vou criar um canil", né? Antes era matar, e isso era aceito com tranquilidade. A gente rompeu essa barreira, e aí os prefeitos infelizmente ainda predomina esse olhar, que cuidar de cães e gatos é colocá-los em um canil, em um abrigo. E isso não é o caminho a ser seguido. O caminho a ser seguido, os pilares da Lei 21.970 conquiste em educar a população continuamente para a guarda responsável, a castração em larga escala dos cães e gatos, a identificação visual e a microchipagem, a parceria com a proteção animal para o encaminhamento dos animais para lares responsáveis e a fiscalização rigorosa do comércio de animais, desestimulando essa prática.

SR. ALEX LANZA: Perfeito. Uma das diversas frentes de trabalho do MPMG na defesa da fauna é o apoio a projetos, inclusive, com aporte financeiro, como, por exemplo, apoio dado a Projeto Asas. Nesses casos, os recursos são repassados pelo Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais. Promotora de Justiça, nos fale um pouco desse projeto e de outros também. Depois também, quero ouvir a opinião da Adriana a respeito.

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: Então, Alex, o Fundo Especial do Ministério Público prestou suporte financeiro a projetos importantes da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna. Um dos projetos é o Projeto Asas, na verdade, um projeto apresentado pelo Ibama. Esse projeto, ela visa a criar áreas de soltura para animais silvestres que foram apreendidos em fiscalizações e depois foram reabilitados e necessitam voltar para a natureza. Esses espaços de soltura são poucos hoje em Minas Gerais e eles precisam de ampliação para segurar que não haja superlotação dos lugares já existentes e também viabilizar diversos ambientes que sejam favoráveis para a soltura daquelas espécies. Então, o Ibama apresentou esse projeto, o Fundo Especial do Ministério Público acolheu o projeto, e há uma perspectiva da implantação de pelo menos 20 novas áreas dentro do Projeto Asas. Esse é um dos projetos. E o seguinte que eu gostaria de mencionar é o Projeto Bioinfra, que busca estabelecer qual prejuízo à biodiversidade que decorre da operação de rodovias. Esse projeto feito em parceria com a Universidade Federal de Lavras, através do Centro Brasileiro de Ecologia de Estradas, ele também teve o suporte financeiro do Funemp. Um dos objetivos do Bioinfra era realizar o diagnóstico das rodovias estaduais e federais no estado de Minas Gerais quanto ao risco de atropelamento, apurar as medidas de mitigação que eventualmente o estado ou as concessionárias estão tomando para evitar os atropelamentos de fauna e também avaliar o impacto que a operação de rodovias pode estar representando a unidades de conservação municipais, estaduais e federais. Então foi feito um

projeto de fôlego que nos trouxe informações valiosas, com as quais agora nós teremos subsídios para cobrar, tanto das empresas concessionárias quanto do poder público municipal, estadual, as providências para melhorar a segurança viária e também evitar que os animais sejam atropelados, né? Lembrando que nós temos aí a maior malha viária do Brasil dentro de Minas Gerais, e basicamente o que o diagnóstico nos trouxe foi um cenário devastador, em que inexistem providências ou não são verificadas providências essenciais para evitar esses atropelamentos, que, de modo consistente, impactam a biodiversidade e também colocam em risco a vida dos usuários dessas vias.

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Olha, eu estou aqui emocionada com tanta informação, com tanta iniciativa necessária, pela primeira vez a gente vê demandas tão importantes serem consideradas com verdade, com comprometimento. Isso porque a gente tem à frente pessoas verdadeiramente vocacionadas. O Ministério Público de Minas Gerais, por meio da Cedef, ele tem como principal característica, a meu ver, promover conhecimento, atuar diretamente na base com a proteção animal de mãos dadas, a gente tem certeza, a gente tem segurança que pode contar com o poder público. E hoje é Dia do Servidor, da servidora pública, né? São servidoras que honram o cargo que ocupam, né? E que a população se sente atendida nas suas diversas demandas, né? A Cedef, ela promove conhecimento, ela atua na base. E outra grande característica para mim, enquanto Adriana, coordenadora do Movimento Mineiro, ela tem esse poder, essa capacidade de integrar todos os atores, todos os segmentos, como eu falei antes. E aí, falando do fomento dos projetos, a produção de cartilhas educativas que estão sendo disponibilizadas nos vários ambientes. E quero enfatizar também a minha emoção, minha gratidão de perceber, de constatar o comprometimento desse órgão com os animais silvestres, que são tão ignorados. Eu tenho dito nas diversas oportunidades que tenho que, tanto os cães e gatos estão em sofrimento pelo excesso, assim como os silvestres por estarem sendo expulsos do planeta. Nós estamos vivenciando, entra ano, sai ano, queimadas cada vez mais avassaladoras que estão destruindo nossos ambientes naturais. Enfatizar também que Minas Gerais está no coração da rota de animais silvestres, e silvestre não é pet, não cabe mais argumento nenhum que justifique aprisionar maritacas, papagaios, para o seu deleite, para o seu perverso prazer, né? Passarinho na gaiola não canta, lamenta, não cabe mais isso, nunca coube, mas agora então grita.

Então, quero falar também um dado impactante, que são 475 milhões de animais atropelados nas rodovias brasileiras. Eu participo do Sistema Urubu, que lá é de Lavras, temos o Alex Bager como coordenador, e passa da hora de Minas Gerais e do Brasil estruturar passagens de segurança para que esses animais silvestres possam transitar com segurança. Extinção é para sempre, o lobo-guará, as

nossa onças sussuaranas, tamanduá-bandeira, tantos animais que estão aí ameaçados de extinção, e a gente conta com o Ministério Público também atuando por eles e a gente sabe que vocês já estão fazendo isso.

Eu gostaria de fazer um destaque, dentre tantas e tantas iniciativas louváveis e que estão reverberando para o Brasil inteiro, o mais recente projeto da Cedef que foi, terminou ontem, já com saudade, Diálogos Com a Proteção Animal. Como bem eu disse, o que há de mais potente na Cedef é fornecer, proporcionar o conhecimento e principalmente da proteção animal, para que a gente desperte, amplie o nosso olhar e tenhamos condições de fazer mais e melhor pelos animais, mais uma vez, de forma não especista.

SR. ALEX LANZA: Falando sobre comércio de animais e tendo como exemplo o Mercado Central de Belo Horizonte, bastante conhecido pela venda de cães, gatos, pássaros, entre outros, como a Cedef avalia esse tema, promotora Luciana?

SRA. LUCIANA IMACULADA DE PAULA: O caso do Mercado Central de Belo Horizonte já foi apresentado à Justiça, no bojo de uma ação civil pública que foi assinada por promotores da defesa do meio ambiente, da saúde e do consumidor, e a posição que foi ali apresentada é no sentido de que o Mercado Central não deveria vender animais vivos, em razão de uma legislação municipal que proíbe o comércio de alimentos para seres humanos onde há comércio de animais vivos. Para além disso, nós temos a demonstração no processo através de laudos firmados por servidores públicos de todos os setores que atuam na defesa do animais, que dão conta da situação de maus-tratos que esses animais vivenciam ali naquele corredor no Mercado Central. Então nossa posição é nesse sentido, mas uma questão que a gente não pode ignorar é que a venda de animais, especialmente, pensando principalmente animais silvestres, ela é feita quase de forma contínua de animais da fauna silvestre que são extraídos irregularmente da natureza. E a maioria desse animais vem a morrer em razão das más técnicas de manejo e de transporte, causando aí um sofrimento para esses animais, que são retirados ali de seus habitats, e prejuízos ao meio ambiente, tendo em vista que esses animais não prestarão e os seus descendentes não prestarão serviços ecossistêmicos que eles prestariam caso eles estivessem na natureza. Então, como bem colocou a Adriana, animal silvestre não é pet, e se nós, como cidadãos, nos conscientizarmos disso, de que o lugar do animal silvestre é na natureza, esse tipo de comércio, ele vai deixar de existir. Então, nós temos a nossa responsabilidade como consumidores e devemos evitar totalmente o interesse pelos animais silvestres como pets. Eu não poderia deixar falar também, Alex, sobre nossa preocupação com a produção também de espécies domésticas para fins comerciais. Nós temos na coordenadoria um

número enorme de representações e atuamos em conjunto com promotores de Justiça em casos de canis, de gatis, que produzem animais à custa de muitos maus-tratos, principalmente com as matrizes, né? E as situações, quando você encara um animal com uma máquina reprodutiva, é pouco afeto, pouca empatia se tem com esse animal. Então, infelizmente, as condições são deploráveis. E aí eu gostaria de trazer como recado para quem nos ouve que considere a possibilidade de adotar um animal que está disponível, um cão. Nós temos tantos animais na rua. E caso seja de fato seu interesse de ter um animal de raça, então, que procure conhecer o criador e faça questão de conhecer essa mãe, porque essas fêmeas, elas são duramente exploradas, elas sofrem os piores maus-tratos, gestações contínuas e muitas vezes, quando não podem mais reproduzir, elas são abandonadas, né? Um caso que me chocou muito, ocorrido aqui na região metropolitana nos últimos meses, de um canil irregular em que todas as fêmeas ficavam presas em gaiolas pouco maiores que o corpo desses animais, todos os animais tinham problemas auditivos, quase todos estavam cegos por causa das condições sanitárias, a amônia dos excrementos causou cegueira desses animais, e alguns animais, porque ficavam na jaulas com um piso arramado, sem nunca poder sair, eles tiveram que ter os membros amputados, porque esses membros já estavam necrosados. Demonstrando aí que esse reprodutor, esse dono desse canil, ele não tinha o menor cuidado com esses animais. Então, em muitos casos, essa é a situação daquele animal que reproduz aquele cachorrinho de raça que a gente tanto quer, que a gente vê tão bonitinho lá no shopping, a gente vê tão bonitinho no petshop. Por atrás desse animal, pode ter uma fêmea, uma cachorrinha sofrendo muito. Então, eu convido quem tem interesse de ter um animal de raça que conheça o canil, que certifique que esse criador, ele é responsável com seus animais.

SR. ALEX LANZA: Qual a opinião aí do Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais? Uma questão bastante complexa, né, Adriana?

SRA. ADRIANA ARAÚJO: Estou tomando fôlego aqui, que estou impactada, chega muita coisa para a gente, mas esse caso que a senhora acabou de relatar, realmente, muito forte. E aí as ouvintes e os ouvintes, fica o nosso pedido, nosso clamor, para que reflitam sobre suas escolhas. O Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais e o Ministério Público por meio da Cedef caminham fortemente de mãos dadas quebrando paradigmas, convidando a população a despertar o seu olhar para outras formas de conviver com os animais não humanos, que também são capazes de sentir e de sofrer.

Bom, falando sobre o comércio de animais no Mercado Central, aquele calabouço, onde vidas agonizam, é assim que a gente se reporta àquele espaço, é uma das nossas maiores lutas. E são três pilares, é claro que o primeiro e mais importante é a questão dos

animais explorados mas há também o direito do consumidor. Quantas pessoas são enganadas ao comprarem aqueles animais que muitas vezes adoecem, acabam levando doença também para outros animais que estão na casa, vêm a óbito e absurdamente qual é a reação dos comerciantes? Eles dão outro animal, né? Não há uma nota fiscal, não há um imposto, eu aproveito aqui para falar sobre isso, e há também uma terceira questão, que é incompatibilidade sanitária de se comercializar animais não humanos onde também se comercializa e consome alimentos para humanos. Então, ali no meio de dejetos, de penas, de fezes, as aves têm as suas fezes ressecadas, e lá tem aspersores de ar que foram colocados, inclusive, por meio de denúncia nossa, porque lá era um lugar escuro, não ventilado, não arejado. Então, tudo isso compromete aquele espaço e só não enxerga quem não quer ver. Uma das grandes, inúmeras provas de que aquele lugar é totalmente condenado, é que é proibido se fotografar e filmar no corredor da crueldade. Então, fica aqui o nosso clamor para que esse espaço acabe o quanto antes e o meu questionamento: que forças ocultas insistem em manter aquele espaço, uma vez que a academia, a UFMG, o Ibama, a Vigilância Sanitária, o Ministério Público, o Movimento Mineiro Pelos Direitos dos Animais, o Conselho Regional de Medicina Veterinária, de mãos dadas, fortemente, já fizeram vitória lá e 100% condenaram aquele espaço? O comércio de animais, principalmente no Mercado Central, é um dos grandes fomentadores das zoonoses e do descontrole populacional de cães e gatos. Daí a importância da prefeitura, se quiser honrar os animais e o dinheiro público, acabar com aquele comércio.

E falar por fim sobre os silvestres, assim como as araras e as maritacas são sequestradas do seu ambiente natural, do bioma brasileiro, e levados para a Europa e até para os rincões de Minas, os animais silvestres de outros lugares também são sequestrados de lá e trazidos para cá. Nenhum desses animais, se pudessem falar, se pronunciar, para nós, a gente conversa com os animais não humanos, nossos irmãos, mas se eles pudessem falar para outras pessoas, jamais gostariam de estar naquele espaço. Eles gostariam de estar juntos aos seus, em liberdade, voando lá na casa deles, e não presos no Mercado Central e em nenhum outro lugar.

SR. ALEX LANZA: A segunda parte dessa conversa com a promotora de Justiça Luciana Imaculada e com a Adriana Araújo você confere ainda esta semana. É só acompanhar o site do Ministério Público de Minas Gerais.